

TOPONÍMIA: A DINÂMICA DOS NOMES DE LUGARES DA MICRORREGIÃO DE CATALÃO/GO

TOPONYM: THE DYNAMICS OF THE PLACE NAMES OF REGION OF CATALÃO/GO

Gedyane Ribeiro dos Santos*

Kênia Mara de Freitas Siqueira**

Ruth de Fátima Oliveira Tavares***

Resumo: A característica fundamental de um topônimo é seu caráter motivado que apresenta a função onomástica de identificar nomes, cuja força é identitária, já que situa o objeto nomeado no quadro das significações, retirando-o do anonimato. O objetivo deste artigo é fazer a descrição dos designativos toponímicos da Microrregião de Catalão, considerando aspectos linguísticos (etimológico, morfológico, semântico) e também aspectos extralinguísticos. Utiliza-se, como critério de análise, a constituição do topônimo acerca de elementos físicos ou antropoculturais presentes nos nomes das cidades. Desenvolve-se assim, uma análise a partir da proposta de um sistema taxionômico de acordo com a natureza do termo.

Palavras-chave: topônimo; onomástica; sistema taxionômico.

Abstract: The fundamental feature of a toponym is his motivated character that presents the onomastics function of identifying names, which strength is identity, once it locates the named object in the meanings board, taking it from anonymity. The objective of this article is to make the description of the toponymics designators from the micro region of Catalão, considering linguistics aspects (etymologic, morphological, semantic) also extra linguistics aspects. Uses as, analysis criteria, the constitution of the toponym around of physical elements or anthropocultural presented in the names of cities. That way develops, a analysis form the proposal of a taxonomic system according the terms nature.

Key-words: toponym; onomastics; taxonomic system.

Introdução

Este trabalho procura apontar a extensão interdisciplinar dos estudos toponímicos, enfatizando para tanto, a interface entre língua, cultura, História e Geografia, no que se refere às motivações por trás das designações dos lugares da Região da Estrada de Ferro em Goiás, sudeste goiano, especificamente a Microrregião de Catalão.

*Aluna do curso de Licenciatura em Letras Português/Inglês e Suas Respectivas Literaturas da Universidade Estadual de Goiás – UnU de Pires do Rio. Bolsista do PIBIC/CNPq. e-mail: geddygers@hotmail.com

** Professora da Universidade Estadual de Goiás – UnU de Pires do Rio. Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Goiás. e-mail: keniamara@hotmail.com

***Professora da Universidade Estadual de Goiás – UnU de Pires do Rio. Mestre em Ciências da Religião pela PUC/Goiás. e-mail: ruthdfatima@yahoo.com.br

Assim, parte-se da evidência de que o signo toponímico apresenta caráter pluridisciplinar já que, por meio dele, pode-se conhecer a história dos grupos humanos que viveram (e vivem) em determinado lugar, as peculiaridades socioculturais de um povo, o denominador, as relações estabelecidas entre os aglomerados humanos e o ecossistema, as características físico-geográficas da região (geomorfologia), estratos linguísticos de origem diferente do uso contemporâneo da língua ou mesmo de línguas já desaparecidas.

Para tanto, parte-se dos trabalhos já desenvolvidos por Andrade (2010), Dick (1990), (2007), Siqueira (2011), (2012); sobre a conversão de um nome comum em um nome próprio para designar um determinado lugar ou também sobre os elementos de natureza física¹ e de natureza antropocultural que permeiam a motivação por trás do signo toponímico já que a sistematização dos dados em taxionomias é justificada por relações icônicas e simbólicas, pois, para Dick (1990, p. 18), “o topônimo representa uma projeção aproximativa do real”.

Para as questões de natureza etimológica, recorre-se a Cunha (1986), a Sampaio (1901), Machado (2003) e a Tibiriçá (2009), para as lexias de origem tupi. Trata-se, a princípio, de uma pesquisa documental, de abordagem qualitativa para o levantamento dos dados, uma vez que a constituição (sub-região, limites e fronteiras) dos “lugares” está registrada em documentos públicos e levantamento histórico geográfico.

A metodologia utilizada (empregada em Onomástica) nesta pesquisa é uma combinação de leituras documentais e de investigação de campo, por meio de entrevista com moradores mais velhos. Vincula-se dessa forma, à indução, seguindo os parâmetros etnolinguísticos. O percurso apresentado por Dick (1990) desenvolve-se através de um plano onomasiológico de investigação. A partir de um conceito genérico, se identificam as variáveis possíveis das fontes consultadas. Nos registros municipais (mapas, certidões, leis de criação) constam os nomes atuais e os nomes anteriores (quando houve mudanças) dos lugares de toda região municipal. Estes constituem as fontes primárias desta pesquisa.

1 Estudos toponímicos: revisão teórica

Quando se estuda uma determinada cultura entendendo-a como a somatória de valores que advêm da cosmovisão de um povo, deve-se considerar, necessariamente, a questão da língua, pois ela configura-se como um cabedal de conhecimentos, revelador do pensamento e

¹ Segundo Dick (1990), as taxionomias são divididas em duas classes: as de natureza física, com influências do campo abiótico (litosfera, hidrosfera) e biótico (flora e fauna) e as de índole antropocultural, que se referem ao mundo humano e suas atividades.

dos hábitos daqueles que a utilizam. É pela língua que se traduz, interpreta e atualiza toda a cultura, todo o universo peculiar desse grupo com todas as implicações filosóficas e psicológicas para se atingir o desenvolvimento da experiência, esta por sua vez, essencial para reafirmação desses valores culturais. É pelo uso da língua também que cada grupo humano nomeia o ambiente que o cerca em função, principalmente, de suas necessidades mais imediatas. Isso, de alguma maneira, denota a interinfluência que existe entre a linguagem e a forma de cada comunidade linguística ver o mundo. Assim, a toponímia constitui importante área do conhecimento humano capaz de revelar aspectos da cultura, da sociedade, da história e da geografia dos aglomerados humanos inclusive estabelecendo vínculos teórico metodológicos com essas áreas.

O termo “Toponímia” ou Toponomásia, segundo Couto (2008), foi proposto pela primeira vez em um texto do filólogo português José Leite de Vasconcelos publicado na Revista Lusitana - e remete a uma área de estudos linguísticos que se atém aos locativos. Em outras palavras, Toponímia ou Toponomásia é uma área de estudos onomásticos que se ocupa da descrição e da análise dos nomes designativos de lugares. Um topônimo é um nome próprio ou comum que foi, por um processo deliberado de escolha ou seleção, convertido em designativo de um lugar, isto é, um nome originalmente arbitrário² converte-se em nome de lugar por um processo marcado por motivações de diversas ordens.

Essa característica do topônimo o diferencia do signo linguístico em geral, isto é, o signo toponímico apresenta um caráter motivado em relação ao referente nomeado e também se distingue dos demais signos linguísticos pela particularidade específica de sua função cuja força não é impositiva, mas também identitária já que situa o objeto nomeado no quadro das significações, retirando-o do anonimato. Nesse sentido, direciona-se pela função onomástica: identificar nomes. A Toponímia, portanto se atém ao estudo dos nomes de localidades (povoados, distritos, cidades, províncias, países) e também os nomes de rios e outros cursos de água (hidrônimos), os nomes de lagos (limnônimos³), os nomes de mares e oceanos (talassônimos⁴), os nomes de subdivisões (regiões e microrregiões), estradas entre outros.

Apesar do distanciamento temporal entre o topônimo e o fato que lhe deu origem, o designativo toponímico pode refletir aspectos da visão de mundo do denominador e oferecer

² Não cabe neste momento, empreender uma discussão exaustiva sobre o caráter convencional do signo linguístico, cabe apenas salientar que o signo toponímico difere do signo linguístico pelo caráter motivado que possui, ou seja, o topônimo é escolhido a partir de fatos culturais, históricos, geográficos motivadores que, de alguma maneira, o caracterizam.

³ Cf. Michaelis (1998, p. 1256), limno- elemento composto que exprime ideia de lago, pântano + ónoma ‘nome’.

⁴ Cf. Michaelis (p. 2010), talasso- elemento composto (gr thálasso) que exprime ideia de mar, oceano + ónoma ‘nome’.

condições, mediante a descrição e análise de seus elementos tanto linguísticos como histórico culturais, de se conhecer a natureza das motivações envolvidas na escolha de dado nome. De certa forma, pode também revelar peculiaridades e idiossincrasias do lugar cultural uma vez que se considera que a escolha de um topônimo e sua conseqüente fixação é também uma atividade de nomeação.

Mesmo que a língua mude, uma reconstrução etimológica pode possibilitar que sejam recuperados os semas em estado latente, opacos, pois o que ocorre de fato é o esvaziamento semântico do nome comum que passa a significar o próprio fato.

O interesse pelo processo de nomear os objetos do mundo não é assunto recente, o Crátilo já trazia a discussão acerca da atividade de nomeação. Sócrates expande a noção da permanência da natureza das coisas para os atos a elas relacionados e defende que “falar é um ato”, nomear também é um ato porque faz parte do falar, implica pois uma espécie de ação referente aos objetos. Ainda acrescenta que todos os atos têm um instrumento adequado para sua realização. Assim, o que for preciso nomear também tem de ser nomeado com algum instrumento, com alguma coisa: um nome. Nesse sentido, o nome é também um meio para informar a respeito das coisas do mundo e ainda para separá-las, distingui-las, significá-las.

De acordo com Dick (1990), a nomeação, como atividade de significação envolve a percepção biológica dos objetos do mundo transformados em substâncias estruturadas pela apreensão/compreensão refletidas na cosmovisão de cada grupo, o que leva a estabelecer, em seguida, o processo de conceptualização no qual ocorre a produção de modelos mentais, que por sua vez, correspondem aos recortes culturais (designatas) feitos pelo grupo e representados (ou apresentados) no sistema linguístico. Após esse percurso, ocorre a produção de significação, ou melhor, estabelece-se a lexemização para, enfim, haver a produção discursiva mediante a atualização das lexias. Assim, deixa-se o nível cognitivo e converte-se em signo.

A partir da nomeação, segundo Dick (2007, p. 142), “instala-se a cadeia onomasiológica propriamente dita, em um determinado espaço, o que possibilitará o desenvolvimento de análises nominais e a conseqüente fixação de um modelo ou padrão de nomes [...]”. As análises nominais e elucidação dos padrões de nomes constituem o escopo deste estudo. O processo de lexemização faz com que os estudos toponímicos sejam inseridos no âmbito da Lexicologia, pois lida com lexemas em nível pós-lexical. Assim, é possível conceber a Terminologia como uma área da Lexicologia que se atém ao estudo das palavras

especializadas da linguagem técnica, o que situa também os topônimos dentro de um campo de estudos lexicais, como termos próprios de uma atividade humana específica: a nomeação.

Evidentemente que a nomeação dos lugares não se processa da mesma maneira como se faz a denominação de objetos criados no universo das ciências e linguagens de especialidades. A nomeação dos acidentes geográficos e dos acidentes culturais, de maneira diferente, segue procedimentos que têm origem em fatos históricos, sociais, culturais ou ainda se finca em motivações cuja face cognitiva reflete-se em descrições metafóricas ou metonímicas para escolha do nome do lugar a ser designado.

Assim, para Tavares e Isquierdo (2006), o ato de nomear reflete a cultura e a *imago mundi* do denominador por meio das escolhas dos designativos que identificam os referentes relacionados à realidade de cada grupo que tem a dimensão cultural da língua bastante evidenciada.

Nessa perspectiva, este trabalho focaliza um recorte dos resultados da pesquisa sobre a toponímia da Região da Estrada de Ferro. Os dados são analisados observando a dimensão linguística do topônimo, morfológica e as taxas em que se inserem.

2 O conjunto toponímico da Microrregião de Catalão

A Microrregião de Catalão é uma das 18 microrregiões do Estado de Goiás, é composta por onze municípios: Ananguera, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Corumbaíba, Cumari, Davinópolis de Goiás, Goiandira, Ipameri, Nova Aurora, Ouvidor e Três Ranchos. Dez desses municípios, anteriormente, eram distritos subordinados ao município de Catalão. A região possui onze municípios e uma população estimada em 147.276 habitantes (IBGE, 2010), numa área total de 15.206,842 km², cujo município mais populoso é Catalão com aproximadamente, 87 000 habitantes.

Os municípios dessa região que nasceram da construção de uma estação ferroviária ou tiveram seu progresso diretamente impulsionado por ela são: Ananguera, Goiandira e Ouvidor. Entretanto, indiretamente, todos os onze municípios dessa microrregião obtiveram algum impulso econômico depois da construção da Estrada de Ferro Goiás, em solo goiano, a partir de 1911.

Na esteira da proposta de taxionomias de Dick (1990), são apresentados a seguir, alguns dados considerando noções da semântica lexical, da morfologia (formação de palavras) e da etimologia. Mediante a descrição desses aspectos, presentes no termo toponímico, é possível

classificá-lo de acordo com sua natureza física ou antropocultural, o que se estende nas 27 taxas⁵.

3 Breve história dos municípios da Microrregião de Catalão

No final do século XVI, os bandeirantes adentraram o sertão goiano à procura de mão de obra indígena. A primeira bandeira “a chegar em terras goianas foi a de Sebastião Marinho, em 1592, não havendo notícias de apresamento de índios”, Sales (1992, p. 52).

Apesar do território goiano ter sido explorado logo no primeiro século de colonização portuguesa, somente no século XVIII houve o incremento no desenvolvimento de povoados devido às descobertas das primeiras minas de ouro, o que provocou a vinda de portugueses, aventureiros e negros à região aurífera. Assim surgiu, no sudeste do estado de Goiás, a vila de Catalão, ponto de pouso e de passagem para pessoas que iam em direção ao interior.

Como estes municípios têm a origem de seu povoamento ligada à construção de uma estação ferroviária ou, ainda, por seus territórios passaram os trilhos da linha férrea - eles representam uma parte da chamada “Região da Estrada de Ferro”, assim denominada por ter sido incorporada à economia nacional graças à extensão dos trilhos da Ferrovia Mogiana (ligação entre Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais), formando a Estrada de Ferro de Goiás que atingiu os territórios de Catalão e Ipameri em 1913, chegando a Anápolis em 1935 e a Goiânia em 1952, Melo & Soares (s/d, p.10).

Antes da chegada dos trilhos da linha férrea, a área desta microrregião era composta apenas pelos municípios de Catalão (1833) e Ipameri (1880). A partir da segunda metade do século XX, nasce a maioria dos municípios desta região, como por exemplo: Ananguera (1948), Ouvidor (1953), Campo Alegre de Goiás (1953), Cumari (1947), Davinópolis de Goiás (1963), Nova Aurora (1953) e Três Ranchos (1953).

Segundo Rodrigues (2004), logo após a Segunda Guerra Mundial, na década de 1950, houve uma grande expansão do transporte rodoviário no Brasil em detrimento do transporte ferroviário. Como os Estados Unidos da América e alguns países tinham interesse em ampliar o mercado consumidor para as suas companhias petrolíferas e indústrias automobilísticas, o Brasil para atender essa demanda estrangeira, abre espaço para estes

⁵ Cf. Dick (1990).

produtos - oriundos dos países aliados e vencedores da Segunda Guerra - com a construção de rodovias em todo o território nacional (principalmente durante o governo de Juscelino Kubitschek, 1955-1960). A partir daí percebe-se o declínio das ferrovias brasileiras e a perda de sua importância.

Devido à construção da barragem de emborcação da Hidrelétrica de Furnas em 1980, Ananguera tornou-se o menor município do Estado. Sobre Campo Alegre de Goiás, há indícios de que as primeiras povoações surgiram seduzidas pelo ouro e pouso para os tropeiros por volta de 1833. O mesmo processo civilizatório se deu com Corumbaíba. Já Catalão teve seus primeiros habitantes por volta de 1722, com a comitiva de Bartolomeu Bueno da Silva (filho) que fez roça onde hoje se localiza a cidade. A fazenda do “Catalão” permaneceu como pouso para os bandeirantes por aproximadamente, 100 anos (de 1736 a 1835), pertencia ao Julgado de Santa Cruz.

4 Descrição dos topônimos

4.1 Topônimo: Ananguera

Etimologia: sm. Do tupi *na-nhan*, *anhaga* ‘gênio ou espírito que vaga, que corre, gênio malfasejo, o diabo’ + *uera* ‘que foi’; ananguera ‘o diabo velho, o gênio manhoso e velhaco’, ‘espírito de anhangá’; apelido de Bartolomeu Bueno da Silva, o descobridor de Goiás, Sampaio (1901, p. 110).

Estrutura morfológica: topônimo formado por dois elementos da língua tupi (*na-nha*, *anhaga* + *uera*), aportuguesado em um morfema apenas.

Taxionomia de natureza antropocultural: mitotopônimos (nome relativo a entidades mitológicas de qualquer cultura).

Quadro 1: Ficha lexicográfica toponímica (resumida) do topônimo Ananguera. Fonte: Elaboração de Siqueira, Pires do Rio, 2012.

Entre 1722 e 1723, os bandeirantes foram os primeiros exploradores das terras do atual município de Ananguera. A região inicialmente foi ocupada devido à relativa facilidade que o local oferecia para se cruzar o Rio Paranaíba e chegar a Goiás. Com a construção da Estrada de Ferro Goiás em 1908, a região desenvolveu um núcleo populacional itinerante e nômade, pois estava restrito ao pessoal das obras que avançava de acordo com a construção.

Quando a estação foi inaugurada recebeu o nome de Anhanguera, em homenagem ao bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, que recebeu aquela alcunha durante uma de suas expedições.

A lenda conta que o bandeirante, ao visitar uma aldeia do povo Goyá, notou que as índias estavam enfeitadas com chapas de ouro e, como se recusaram a indicar a procedência do metal, Bartolomeu Bueno pôs fogo em uma tigela contendo aguardente e afirmou que, se não informassem o local de onde retiravam o ouro, lançaria fogo em todos os rios e fontes. Temerosos, os índios informaram o local e o apelidaram “Anhanguera”.

O povoado foi elevado a distrito do município de Cumari em 1948 pela lei municipal n. 15. Finalmente, em 1953 se tornou município autônomo. Em 1980, um grande trecho da ferrovia que passava em Anhanguera e Cumari foi submerso devido à construção da barragem de emborcação da Hidrelétrica de Furnas e a consequente inundação do Vale do Rio Paranaíba, levando os dois municípios a perderem o transporte ferroviário, motivo de sua elevação a municípios. Para substituir o trecho inundado, foi construída uma linha direta entre Araguari-Minas Gerais e Goiandira-Goiás, IBGE (s/d).

4.2 Topônimo: Campo Alegre de Goiás

Etimologia: sm. Do latim *campus-i* ← ‘planície, terreno plano’ + adj. alegre do latim vulgar *allicer*, correspondente ao clássico *ala(cer ala(cris* ‘animado, vivo’, Cunha (1986, p. 145; p. 28) + de + Goiás sm., do tupi corr. *Guayaz* c. *guay-á* ‘indivíduo igual, gente semelhante, parecido, ou gente da mesma raça’, Sampaio (1901, p. 128).

Estrutura morfológica: topônimo composto formado por campo + alegre+ de+ Goiás.

Taxionomia de natureza física: fitotopônimo (relativo a elementos de índole vegetal).

Quadro 2: Ficha lexicográfica toponímica (resumida) do topônimo Campo Alegre de Goiás. Fonte: elaboração de Siqueira, Pires do Rio, 2012.

Os primeiros povoadores de Campo Alegre de Goiás foram os tropeiros e carreiros que vinham do arraial dos Couros (atual Formosa), Mestre D’Armas (atual Planaltina), Cavalcante, Posse, São Domingos e Paracatu dos Príncipes (atual Paracatu – Minas Gerais) e faziam do lugar um ponto de pouso caso necessitassem dividir a comitiva e esperar pelo retorno dos que tinham se embrenhado no sertão.

O povoamento da região tem origem no estabelecimento deste ponto de pouso: “Não há vestígios de haver sido a sedução do ouro ou de outro aceno de riqueza o fator que fixou a terra os primeiros povoadores”, IBGE (s/d).

O povoado recebeu o nome de Calaça e, em 1833, era parte territorial e política de Catalão. Em 1863, é desmembrado de Catalão e passa a pertencer ao território de Vai-Vem (atual Ipameri). É elevado à categoria de distrito em 1901 com o nome de Campo Alegre. Em 1908 passou à jurisdição administrativa e política de Entre-Rios (atual Ipameri). O Conselho Regional de Geografia e Estatística, em 1942, muda o topônimo de Campo Alegre para Rudá - que significa na língua tupi “Deus do Amor”. Finalmente, pela Lei Estadual n.893 de 12/11/1953 é elevado a município agora com a denominação Campo Alegre de Goiás.

4.3 Topônimo: Catalão

Etimologia: apel. Do espanhol *catalán*, gentílico relativo aos moradores da Catalunha, Espanha + sufixo -ão > -anu sufixo origem latina ‘origem, naturalidade’, Machado (2003, p. 374).

Estrutura morfológica: raiz catal + -ão sufixo origem latina formador de adjetivos pátrios.

Taxionomia de natureza antropocultural: etnotopônimo (elementos étnicos, isolados ou não).

Quadro 3: Ficha lexicográfica toponímica (resumida) do topônimo Catalão. Fonte: Elaboração de Siqueira, Pires do Rio, 2012.

A respeito da origem da cidade de Catalão, Gomes (1994, p. 20) afirma que está ligada à bandeira de Bartholomeu Bueno da Silva (o filho) que seguindo a saga do pai, o Anhanguera, vai adentrar a região goiana em busca de riqueza e da mão de obra indígena. Tal bandeira ao passar pelas imediações do que viria a ser Catalão, deixou no local um padre, Frei Antônio, espanhol da região da Catalunha e apelidado de “o Catalão”, que resolveu criar um ponto de pouso e passagem para todas as bandeiras que entrassem em solo goiano. A partir das atividades agropecuárias desenvolvidas por pessoas oriundas de Minas Gerais, em 1800 forma-se o povoado, que mais tarde separa-se da comarca de Santa Cruz e passa à condição de vila (1833), devido à formação de um entreposto comercial para servir às caravanas que rumavam para o interior.

Em 1850 a Vila de Catalão torna-se parte da comarca do Rio Paranaíba. Em 1859 é elevada à categoria de cidade conservando o mesmo nome: Catalão. Nesta época, Catalão era

constituída pelos distritos de Santo Antônio do Rio Verde, Ipameri, Corumbaíba, Goiandira, Ouvidor, Três Ranchos e Davinópolis.

Gomes (1994, p. 91), ao tratar do surgimento do povoado de Catalão, enfatiza que não se diferencia dos outros demais povoados formados durante o período colonial brasileiro, há uma doação, por parte de um fazendeiro, de terra a um santo para que seja construída uma capela em sua homenagem. Assim “surgem em torno da capela, armazéns e vendas, é o que no interior é conhecido pelo nome expressivo de comércio: é o início de um povoado, que com o tempo se transforma em arraial e depois numa cidade”.

4. 4 Topônimo: Corumbaíba

Etimologia: sm. do tupi *curú-mbd* ‘seixos esparsos, cascalho raso’; *corumbd*, *corumbé*, *carumbé* ‘a tartaruga, o cesto redondo e chato’ ou ainda ‘cágado’ + corr. do tupi *-yba*, *yb-á* ‘o que nasce da árvore, o fruto’; ‘árvore do cágado’, Tibiriçá (2009, p. 44).

Estrutura morfológica: nome formado por dois elementos tupi *curú-mbd* + *yba*.

Taxionomia de natureza física: fitotopônimo (relativo a elementos de índole vegetal).

Quadro 4: Ficha lexicográfica toponímica (resumida) do topônimo Corumbaíba. Fonte: Elaboração de Siqueira, Pires do Rio, 2012.

O território de Corumbaíba foi desbravado por bandeirantes no final do século XIX. Constituíam-se em um ponto de passagem obrigatório para os viajantes vindos de São Paulo e de outras regiões do Brasil que pretendiam entrar em território goiano. O povoamento teve início quando fazendeiros paulistas da região, proprietários da Fazenda Arrependidos, entre eles Manoel Francisco das Neves, doaram à Igreja Católica, uma gleba de duzentos alqueires de terra e, em torno da capela construída pelos padres, desenvolveu-se o Arraial Novo dos Paulistas com a colaboração de negros, espanhóis e brasileiros, a maioria fazendeiros e criadores.

Existe a lenda que nesta região havia uma loba branca batizada com o nome de “Galga” e quem tivesse sorte de vê-la, seria muito feliz. Um grande fazendeiro, Manoel Francisco das Neves, teria visto o animal e, como agradecimento pela sorte mandou erguer uma capela em louvor a Bom Jesus da Cana Verde, em torno da qual surgiu o núcleo de habitantes.

Esse povoado, subordinado ao município de Catalão, foi elevado à vila em 1905 pela lei estadual n.266 com o nome de Vila Xavier de Almeida. Pela lei estadual n.351 de 1909 sua

denominação foi mudada para Corumbaíba, junção dos nomes Corumbá e Paranaíba, por ser próxima aos rios Corumbá e Paranaíba. É elevado à condição de município pela lei estadual n. 399 de 28 de maio de 1912, IBGE (s/d).

4.5 Topônimo: Cumari

Etimologia: adj. corr. tupi *cu-mbori* ‘que excita a língua’, é o nome indígena da pimenta, Tibiriçá (2009, p. 45).

Estrutura morfológica: topônimo formado por um elemento de origem tupi cumari.

Taxionomia de natureza física: fitotopônimo (relativo a elementos de índole vegetal).

Quadro 5: Ficha lexicográfica toponímica (resumida) do topônimo Cumari. Fonte: Elaboração de Siqueira, Pires do Rio, 2012.

O território ocupado pelo atual município de Cumari era conhecido como Sesmaria das Rosas e, originalmente, era o caminho utilizado por tropeiros que rumavam para as cidades de Catalão e de Vila Boa, antiga capital de Goiás (atual cidade de Goiás). A existência de um núcleo de habitantes desde 1904 é comprovada pela presença de escolas primárias na região. Em 1908, é construído um barracão para atender os viajantes e logo depois é instalada uma casa comercial. Primeiramente, o povoado é chamado de Samambaia devido à proximidade do córrego com este mesmo nome. O desenvolvimento do povoado acontece graças a grande afluência de moradores e ao comércio de madeiras.

A partir de 1908, o topônimo é mudado para Cumari, termo indígena originado da planta nativa abundante na região – a pimenta cumari. Em 1913, é inaugurada a estação ferroviária. Somente em 24/09/1927, através da Lei Municipal n. 76, é criado o distrito de Cumari, subordinado ao município de Catalão. No entanto, o Decreto Estadual n. 799 de 06/03/1931 transfere o distrito de Cumari ao recém-criado município de Goiandira. Como forma de consolidar o distrito em questão, o Decreto Estadual n. 8.305 de 31/12/1943 concede permissão a Cumari para adquirir partes dos municípios de Goiandira e Catalão. Finalmente, em 10/12/1947 Cumari é elevado à categoria de município, IBGE (s/d).

4.6 Topônimo Davinópolis

Etimologia: Antropônimo David do hebraico ‘amado’ + *-pole*, elemento composto, derivado do grego *pólis* ‘cidade’, Cunha (1986, p. 618).

Estrutura morfológica: hibridismo formado a partir de David hebraico e *-pólis* grego.

Taxionomia de natureza antropocultural: antropotopônimo (relativo a nome próprio de família) (família David de Sousa, doador da área onde se construiu o município).

Quadro 6: Ficha lexicográfica toponímica (resumida) do topônimo Davinópolis. Fonte: Elaboração de Siqueira, Pires do Rio, 2012.

A origem do povoado está na doação de terras feita por José Davi de Souza à prefeitura de Catalão para a construção de uma escola em 1948. Logo depois surgem as primeiras casas ao redor da unidade escolar, o fácil acesso ao ensino atraiu moradores que se fixaram na região. Inicialmente, o povoado foi chamado de Barra devido à proximidade da confluência dos rios São Bento e São Marcos. Após a construção das pontes sobre os dois rios houve maior desenvolvimento da ocupação da região. A Lei Municipal n. 20 de 19/08/1963 elevou o povoado a distrito do município de Catalão com o topônimo de Davinópolis, em homenagem ao doador das terras. Em 14 de novembro desse mesmo ano, torna-se município pela Lei Estadual n. 4.928 e passa a ser chamado Davinópolis de Goiás, IBGE (s/d).

4. 7 Topônimo Goiandira:

Etimologia: do tupi corr. *Guayaz*, c. *gua-yá* ‘o indivíduo semelhante, parecido, ou gente da mesma raça’ ou conforme documentos antigos, tem-se *guayás* e *guayazes* para designar uma nação selvagem que vivia em Goiás antes das Bandeiras; + -dira elemento desconhecido, Sampaio (1901, 128).

Estrutura morfológica: topônimo formado por aglutinação Goiás + ndira.

Taxionomia de natureza antropocultural: etnotopônimo (elementos étnicos, isolados ou não).

Quadro 7: Ficha lexicográfica toponímica (resumida) do topônimo Goiandira. Fonte: Elaboração de Siqueira, Pires do Rio, 2012.

A região de Goiandira anteriormente foi terra dos índios Caiapó, originários de Araxá, Minas Gerais, que se espalharam pelo Triângulo Mineiro e chegaram às terras goianas. A ocupação portuguesa do território foi feita a partir da segunda metade do século XVII através das expedições dos bandeirantes. A região fazia parte da Sesmaria de Campo Limpo.

Durante o século XIX, chegaram à região tropeiros, carreiros e famílias em busca de terras. A estação ferroviária construída na região recebeu o nome de Goiandira por determinação do engenheiro da ferrovia e foi inaugurada em 24/02/1913, constituindo-se na primeira estação ferroviária do estado de Goiás. Essa estação é parte integrante da linha Araguari-Goiandira da Estrada de Ferro Goiaz, foi aberta a partir de Araguari, onde já estavam os trilhos da Ferrovia Mogiana (Rio de Janeiro-São Paulo-Minas Gerais) desde 1896.

A chegada da estrada de ferro impulsionou o desenvolvimento urbano e econômico da região de Sesmaria de Campo Limpo o que a elevou à categoria de distrito de Catalão em 25/01/1915 pela Lei Municipal n. 39. Em 06/03/1931 pelo Decreto-Lei n.799 torna-se município, porém com o mesmo nome da estação ferroviária local: Goiandira. Os municípios de Cumari e Nova Aurora, quando na condição de distritos, eram subordinados ao município de Goiandira até 1947 e 1953, respectivamente, IBGE (s/d).

4.8 Topônimo Ipameri

Etimologia⁶: sm. do tupi *upá* ‘a lagoa, o lago, o empoçado’ + *mberu* ‘mosca’ + *y* ‘água’, ‘lagoa pequena’, Sampaio (1901, p. 156).

Estrutura morfológica: topônimo formado por três morfemas da língua tupi.

Taxionomia de natureza física: hidrotopônimo (relativo aos acidentes hidrográficos).

Quadro 8: Ficha lexicográfica toponímica (resumida) do topônimo Ipameri. Fonte: Elaboração de Siqueira, Pires do Rio, 2012.

Veiga (1967, p. 45) afirma que Ipameri deve a sua origem “exclusivamente em função do agrupamento de homens àquela época dedicados ao amanho, ao criatório de gado”. Assim, a partir de 1816, fazendeiros oriundos de Minas Gerais e de Catalão, em busca de terras férteis para se estabelecerem, escolhem como local ideal para o desenvolvimento de suas atividades a região situada às margens dos rios Veríssimo, do Braço e do Corumbá. O primeiro nome da região foi “Vai-Vem” e existem duas versões para tal nome: a primeira delas está relacionada às frequentes idas e vindas dos índios Caiapó; a segunda está associada ao curso da água do rio em forma de zigue-zague, Brandão (2005, p. 55).

Em 1880, a Resolução Provincial, n. 623, de 15 de abril, eleva o arraial à categoria de cidade com a denominação de “Entre Rios”. Em 26 de março de 1904, Lei Estadual n. 42, o nome da cidade é mudado para Ipameri devido à existência de outras cidades com o nome anterior, Entre Rios, o que causava confusão, principalmente no que se refere às correspondências, Kaadi (2007, p. 15).

4.9 Topônimo Nova Aurora:

Etimologia: adj. do latim *no(vus-a* ‘moço, jovem, original’ + *auro←ra* sm. do latim *aurora* ‘período antes do nascer do sol quando este já ilumina a superfície terrestre ainda na sombra’, Cunha (1986, p. 552, 84).

⁶ Para os moradores, “Ipameri” significa ‘entre rios’, pois a cidade situa-se entre os rios Corumbá e São Marcos.

Estrutura morfológica: topônimo composto por nova + aurora.

Taxionomia de natureza física: cronotopônimo (relativo a indicadores cronológicos).

Quadro 9: Ficha lexicográfica toponímica (resumida) do topônimo Nova Aurora. Fonte: Elaboração de Siqueira, Pires do Rio, 2012.

Nova Aurora tem sua origem na Fazenda Boa Vista do Quilombo, região pertencente a Catalão. No entanto, em 31/07/1845 passou a fazer parte da região de Entre-Rios (atual Ipameri). Posteriormente foi incorporada ao município de Corumbáiba (1905) e depois ao de Goiandira (1931). O povoado de Nova Aurora foi elevado à categoria de distrito em 15/02/1910 e tornou-se município em 13/11/1953, IBGE (s/d).

4. 10 Topônimo: Ouvidor

Etimologia: sm. do latim *auditor* ‘aquele que ouve’, de *audire* ‘ouvir’. Era a designação dos magistrados que superintendiam na justiça das terras senhoriais, em Portugal.

Estrutura morfológica: topônimo formado pela base ouvid + -or sufixo nominal forma agente de alguma atividade, Cunha (1986, p. 568).

Taxionomia de natureza antropocultural: sociotopônimo (relativo a atividades profissionais).

Quadro 10: Ficha lexicográfica toponímica (resumida) do topônimo Ouvidor. Fonte: Elaboração de Siqueira, Pires do Rio, 2012.

Ouvidor era um pequeno vilarejo denominado Catuaba, devido à existência desta vegetação nativa em abundância em seu território. Segundo Teixeira (2007, p. 9), o início do povoado “ocorreu com a presença de proprietários de terras e seus agregados, destacando-se algumas famílias mais antigas como a do Sr. João Lourenço de Oliveira, o ferreiro Manoel Fabiano do Nascimento, Antônio Henrique Neto e Antônio Eliseu. Em 1922, com a implantação da Estrada de Ferro, recebeu o nome de Ouvidor, mesmo nome do ribeirão presente no município. Em 1948, devido ao crescimento do vilarejo, é elevado à condição de distrito de Catalão, Lei n. 24. Somente em 1954, Lei n. 824, torna-se um município, independente de Catalão. Em 1982, o ramal ferroviário que deu início ao povoamento da região foi desativado para a construção da Usina Hidroelétrica do Rio Paranaíba (ou da Emborcação) no município de Três Ranchos. A descoberta de jazidas de fosfato e de nióbio em seu solo levou à implantação de indústrias mineradoras no município nos anos 1970.

4. 11 Topônimo Três Ranchos

Etimologia: quant. do latim *tre* ← *s* + ranchos sm. do castelhano *rancho*, derivado do verbo *rancharse* ou *ranchearse* e, este do fr. *se ranger* ‘grupo de pessoas em passeio, marcha, jornada ou trabalho’, Cunha (1986, p. 787, 662).

Estrutura morfológica: topônimo composto por três + ranchos.

Taxionomia de natureza antropocultural: numerotopônimo (relativo a numerais).

Quadro 11: Ficha lexicográfica toponímica (resumida) do topônimo Três Ranchos. Fonte: Elaboração de Siqueira, Pires do Rio, 2012.

Existem duas versões para a origem do município de Três Ranchos. A primeira diz que tropeiros e viajantes, com destino aos municípios de Entre-Rios (Ipameri), Santa Cruz de Goiás e Vila Boa (Cidade de Goiás), estabeleceram o local como ponto de pouso.

A segunda versão atribui a origem a três ranchos construídos no alto da serra onde existia um quilombo de negros fugitivos de Minas Gerais. Existem referências bastante antigas acerca da região feitas por Saint-Hilaire (1820) e por documento sobre partilha de uma fazenda, de 1876, Felipe (2004, p.21).

No século XX, segundo Rodrigues (2004), a inauguração da estrada de ferro que ligava Patrocínio (Minas Gerais) a Goiânia (Goiás), bem como o garimpo de diamantes do Rio Paranaíba e a atividade agropecuária, contribuíram para o crescimento e a consolidação do povoado que passa a condição de distrito de Catalão em 19/12/1948. Finalmente em 19/10/1953 é elevado à categoria de município. Na segunda metade do século XX, com a construção do reservatório da Hidrelétrica de Emborcação e a consequente inundação, houve a perda de grande parte de seu território e a desativação da estrada de ferro com a retirada dos trilhos da região (1970).

Considerações finais

A ocorrência de ouro em alguns cursos d’água propiciou o nascimento das primeiras cidades de Goiás: Vila Boa, Meia Ponte, Santa Cruz, Traíras, Bonfim. Esse metal constituiu o primeiro atrativo desencadeador de povoações pela região central do Brasil por meio do advento das Bandeiras que adentraram o solo do índio Goyá no século XVIII.

Com a construção da Estrada de Ferro Goiás, início do século XX, pode-se dizer que novo hilo se formou. Em torno das recém-inauguradas estações da ferrovia, iam surgindo edificações até tornarem-se distritos e daí por diante atingiam sua emancipação, tornando-se municípios. O conjunto toponímico da Microrregião de Catalão, região sudeste de Goiás conhecida como Região da Estrada de Ferro, guarda desses pioneiros, muitas reminiscências, preserva na memória as motivações que fizeram com que o denominador escolhesse tal nome para determinado lugar.

A discussão acerca da toponímia dessa região teve a intenção de estudar os topônimos em conjunto, tendo como suporte os princípios teórico-metodológicos, propostos principalmente por Dick (1990), (2007) e possibilitando uma visão preliminar das características comuns que há entre eles no que se refere aos aspectos históricos, culturais e linguísticos. Para tanto, foram propostos os seguintes objetivos: descrever o caráter etimológico, morfológico e semântico dos topônimos.

Os nomes dos municípios da região da ferrovia não fogem à regra que confere aos topônimos uma relação intrínseca com fatos históricos, culturais, acidentes geográficos e, principalmente, fatores econômicos os quais fizeram com que os aglomerados urbanos fossem se formando e mais tarde, com a estrada de ferro ganharam novo impulso para o desenvolvimento de suas respectivas vocações econômicas. O que atrai moradores é quase sempre o estabelecimento de um pequeno comércio, a doação de terreno para construção de uma igreja, a maioria de fé católica.

Quanto aos topônimos propriamente ditos, o que os dados anunciam é que a tendência que vem se consolidando em outras regiões do Estado, não foi confirmada, ou seja, não há na região, grande motivação para homenagear pessoas importantes da política local ou de outros segmentos sociais, seja na macrotoponímia ou mesmo na microtoponímia (nomes de ruas e bairros). Assim, apenas um município constitui antropotônimo, Davinópolis.

Por outro lado, os topônimos da região evidenciam que a religião também não constitui motivação para escolha de nomes para os lugares. As motivações de natureza física deram origem aos nomes de Campo Alegre, um fitotônimo, Corumbaíba um fitotônimo, Cumari, um fitotônimo, e Ipameri, hidrotônimo. Quanto aos topônimos de natureza antropocultural, convém acentuar que apresentam motivações diversas como Anhanguera, um mitotônimo, Catalão, (gentílico) etnotônimo, Goiandira (goyá) etnotônimo, Nova Aurora, um cronotônimo, Ouvidor, um sociotônimo, Três Ranchos, numerotônimo. Essas taxes refletem as motivações para a escolha desses nomes.

Assim, os lugares vão sendo habitados nessa intrínseca relação entre língua, cultura, história, ambiente e identidade.

Referências

ANDRADE, Karrylleila dos Santos. *Atlas toponímico de origem indígena do Estado do Tocantins*. ATITO. Goiânia: PUC, 2010.

ARCANJO, Flávio. *O rufar das caixas: sincretismo e identidade negra em Catalão através das congadas*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2003.

BORGES, Barsanufô Gomide. *O despertar dos dormentes*. Goiânia: CEGRAF, 1990.

BRANDÃO, Hilma Aparecida. *Memórias de um tempo perdido: a estrada de ferro de Goiás e a cidade de Ipameri (início do século XX)*. Dissertação de Mestrado Em História – Universidade Federal de Uberlândia, 2005.

CUNHA, Antônio Geraldo. *Dicionário Etimológico*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

_____. Atlas toponímico do Brasil: teoria e prática II. *Revista Trama*, Cascavel, v. 3, n. 5, p. 141-155, 1º sem. 2007. Disponível em < <http://ervista.unioeste.br> >. Acesso em: 11 out. 2010.

FELIPE, Clenilda Evangelista. *O Lago Azul e as cores do Turismo em Três Ranchos (Goiás)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, 2004.

GOIÁS. Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informações Socioeconômicas/SEPIN/SEPLAN – Gerência de Estatística Socioeconômica, *Goiás*, Goiânia, 2010. Disponível em <http://www.seplan.go.gov.br/sepim>. Acesso em 22 abr. 2012.

GOMES, Luís Palacin. *História política de Catalão*. Goiânia: Editora UFG, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRÁFICO E ESTATÍSTICO. Dados territoriais do estado de Goiás. Disponível em www.biblioteca.ibge.gov.br. Acesso em 8 e 14 maio 2012.

KAADI, Marian de Simone. *Joaquim Rosa: memória e política em Goiás (1928-1934)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, 2007.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. V. A-D.

MELO, Nágela Aparecida & SOARES, Beatriz Ribeiro. *Pequenos municípios do sudeste goiano: um estudo sobre os seus aspectos sócio-econômicos*. Disponível em www.ig.ufu.br. Acesso em 01 fev. 2012.

MICHAELIS. *Moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

RODRIGUES, P. R. A. *Introdução aos sistemas de transportes no Brasil*. São Paulo: Aduaneiras, 2004, p.32- 40.

SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional*. São Paulo: Instituto Historico e Geographico, 1901.

SALES, Gilka Vasconcelos. *Economia e escravidão na capitania de Goiás*. Goiânia: CEGRAF, 1992.

SIQUEIRA, Kênia Mara de Freitas. Estudo toponímico: âmbitos e perspectivas de análises. *ReVEL*. Porto Alegre, v. 9, n. 17, p. 191-210. 2011. Disponível em <http://www.revel.inf.br>. Acesso em 15 jun. 2012.

_____. Nos trilhos da estrada de ferro: reminiscências de motivações toponímicas. *Revista da ANPOLL*, São Paulo, v. 1, n. 32, p. 150-170. 2012. Disponível em www.anpoll.org.br/revista/. Acesso em 20 jun. 2012.

TAVARES, Marineide Cassuci & ISQUERDO, Aparecida Negri. A questão da estrutura morfológica dos topônimos: um estudo na toponímia sul-mato-grossense. *Revista Signum. Estudos de Linguagens*, Londrina-PR, v. 9/2, p. 273-288, 2006.

TEIXEIRA, Isabel Alves. *A produção rural familiar no município de Ouvidor (GO)*. 2007. Disponível em <http://www.ufg.br/this2>. Acesso em 8 de maio de 2012.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. *Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi*. Aclimação: Traço, 2009.

VEIGA, João. *Ipameri histórico*. Goiânia: Kelps, 1994. V. 2.

Artigo recebido em abril de 2013.

Aceito em agosto de 2013.